



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO SEI Nº 23243.004528/2021-33
DOCUMENTO SEI Nº 1319587

Órgão Gerenciador: INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA – Campus Vilhena

Localização: Rodovia BR-174, Km 3, nº 4334, Zona urbana, Vilhena-RO, CEP 76982-270

Unidade Gestora: 158342 Gestão: 26421 CNPJ: 10.817.343/0003-69

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
(COMPRAS)

Instituto Federal de Rondônia Campus Vilhena

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de Computadores, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo Levantamento de Demanda.

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

Item	Descrição	Und.	Quant. Total	Preço Unitário de Referência	Quantidades do	
					Campus Ariquemes	C
1	<p>COMPUTADOR DE MESA (DESKTOP COM SSD - ADM) - ONBOARD</p> <p>PROCESSADOR:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Suporte à arquitetura de 64 bits; - Quantidade de núcleos: no mínimo 4; - Quantidade de threads: no mínimo 8; - Clock: frequência inicial de no mínimo 3.60 GHz e frequência máxima (turbo) de no mínimo 4.30 GHz; - Memória cache L3: no mínimo 6 MB; - Controladora de memória: padrão DDR4 -2666 ou superior; - Suporte para 128GB de memória; - Processamento gráfico integrado; - Litografia 14 nm; - TDP (Thermal Design Power): máximo de 65W; - Controle automático de desempenho com ajuste dinâmico de frequência e consumo de energia com base na utilização da CPU; - Atingir índice de, no mínimo, 8.750 pontos para o desempenho, tendo como referência a base de dados PerformanceTest V9 Passmark CPU Mark disponível no site http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php; - Sistema de dissipação de calor dimensionado para a perfeita refrigeração do processador, considerando que este esteja operando em sua capacidade máxima, pelo período de 8 horas diárias consecutivas, em ambiente não refrigerado; - O processador deverá suportar virtualização de I/O; - Suporte ao conjunto de instruções AES (Advanced Encryption Standard); - Implementar tecnologia que permite que máquinas virtuais hospedeiras usem diretamente os dispositivos periféricos, tais como ethernet, placas aceleradoras gráficas e controladores de disco rígido, através da DMA e remapeamento de interrupções; - O processador deve fazer parte da linha mais recente do fabricante do mesmo. Não serão aceitos processadores descontinuados. <p>BIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tipo Flash Rom; - Suporte aos idiomas Português ou Inglês; - Deve ser entregue na versão mais atual disponibilizada pelo fabricante; - Possibilidade de configuração de senhas no Setup a dois níveis, administrador e usuário, que controlem acesso ao boot do Sistema Operacional e ao próprio SETUP; - Deve possuir opção para desabilitar componentes de drive, de entrada e saída do equipamento, como portas USB e áudio; - A BIOS deve possuir o número de série do equipamento e campo editável que permita inserir identificação customizada podendo ser consultada por software de gerenciamento, como número de patrimônio por exemplo; - BIOS Desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou em regime de OEM ou ter direitos copyright sobre essa BIOS. O fabricante do computador deverá possuir livre direito de edição sobre a mesma, garantindo assim adaptabilidade do conjunto adquirido, comprovados através de atestados fornecidos pelo fabricante do equipamento; - O fabricante do equipamento deverá prover em seu site da internet todas as atualizações de BIOS devendo a aplicação permitir atualização online por meio do sistema operacional Microsoft Windows 10 Professional; - Deve suportar ACPI (Advanced Configuration and Power Management Interface); - Suporte a atualizações de BIOS dentro do Windows e boot WinPE, além de recuperação de falhas; - BIOS desenvolvida pelo fabricante em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (http://www.uefi.org); - O fabricante deve possuir compatibilidade com o padrão UEFI comprovada através do site http://www.uefi.org/members, na categoria membros; 	Und.	451	R\$ 8.891,27	40	4

<ul style="list-style-type: none">- Alerta ao sistema em caso de abertura do gabinete permitindo monitorar violações através de software de gerenciamento;- Estar apta a direcionar a inicialização do sistema para imagem no servidor da rede;- Permitir e habilitar o processador a executar a tarefa de balanceamento de carga de trabalho, aumentando clock de um núcleo e desabilitando o de outros, conforme seus estados ociosos;- Dispor de ferramenta de diagnóstico de saúde do hardware para, no mínimo, Processo de Boot, Memória e HDD, com execução de testes independente do estado/versão sistema operacional. A ferramenta deve ser acessada durante o POST do equipamento e apresentar tela gráfica para acompanhamento dos testes, facilitando assim a análise do usuário.- Suporte à tecnologia de previsão/contingenciamento de falhas de disco rígido S.M.A.R.T. habilitada. <p>CHIPSET E PLACA MÃE:</p> <ul style="list-style-type: none">- Placa mãe deverá ser projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou em regime de OEM, não sendo aceito o emprego de placas de livre comercialização no mercado;- No mínimo 2 (dois) slots para memória tipo DDR4 (2666MHz) ou superior, expansível no mínimo a 32 (trinta e dois) Gigabytes de memória;- Sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete que permita a detecção de abertura ainda que o equipamento esteja desligado da fonte de energia;- Chip de segurança TPM (Trusted Platform Module), versão 2.0 ou superior, integrado à placa mãe, acompanhado de drivers e software para utilização do chip;- Deve possuir tecnologia de monitoramento térmico;- Sistema de dissipação de calor dimensionado para a perfeita refrigeração do processador, considerando que este esteja operando em sua capacidade máxima ininterruptamente, em ambiente não refrigerado, e sistema de arrefecimento (cooler) com controle de velocidade de acordo com a temperatura (rotação inteligente). <p>BOOT:</p> <ul style="list-style-type: none">- Deve suportar boot pela rede;- Deve suportar boot por pendrive e disco conectado a uma porta USB.- O chipset deverá ser do mesmo fabricante do processador principal com suporte ao barramento de comunicação DMI com o processador de, no mínimo, 8GT/s. <p>MEMÓRIA:</p> <ul style="list-style-type: none">- Padrão DDR4 (2666MHz) ou superior, com no mínimo 8 (oito) Gigabytes instalados, em módulo único. <p>ARMAZENAMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none">- Deve possuir 1 (um) unidade de disco de estado sólido (SSD ou NVMe) instalada, interna, de capacidade de armazenamento de no mínimo 256GB (duzentos e cinquenta e seis Gigabytes). Deve possuir as tecnologias S.M.A.R.T. (SelfMonitoring, Analysis and Reporting Technology) e NCQ (Native Command Queuing). <p>TECLADO:</p> <ul style="list-style-type: none">- Deve ser do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM;- Mínimo de 107 teclas;- Deverá possuir todas as caracteres da Língua Portuguesa;- Teclas silenciosas;- Padrão ABNT2;- Regulação de altura e inclinação do teclado;- Interface USB;- A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado. <p>MOUSE:</p> <ul style="list-style-type: none">- Deve ser do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM;- Tecnologia óptica, de conformação ambidestra, com botões esquerdo, direito e central próprio para rolagem;- Resolução mínima de 1000 (mil) DPI;- Interface USB;- Deverá ser fornecido mouse-pad; <p>FONTE DE ALIMENTAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">- Tensões de entrada de 100 a 240 vac (+/-10%), 50-60hz, com ajuste automático, com consumo e potência de no máximo 300 watts, suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração ofertada (placa principal, interfaces, discos rígidos, memória ram e demais periféricos);- O modelo de fonte fornecido deve estar cadastrado no site www.80plus.com na categoria PLATINUM (podendo alcançar até 92% de eficiência) ou superior. Poderão ser fornecidos atestados ou certidões que comprovem que o equipamento é aderente ao padrão de eficiência energética, emitido por instituto credenciado junto ao INMETRO;- Possuir baixo nível de ruído conforme NBR 10152 ou ISO 7779 ou equivalente.- Deve vir acompanhado de cabo de alimentação no padrão NBR14136. <p>GABINETE:</p> <ul style="list-style-type: none">- Deve permitir a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido, unidade de mídia óptica, memórias e placas de expansão, com exceção para placas M2) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original;- Não serão aceitos parafusos recartilhados, nem com adaptadores em substituição aos parafusos previstos para o gabinete;- O gabinete deverá possuir um conector de encaixe para kit de segurança, do tipo Kensington, sem adaptações;- Dimensões máximas de 35 x 38 x 10 cm (A x P x L). <p>INTERFACES E PORTAS DE COMUNICAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none">- SATA: No mínimo 2 (duas) interfaces tipo sata 3.0 - 6GB/s. <p>CONTROLADORA DE VÍDEO ONBOARD:</p> <ul style="list-style-type: none">- Permita o uso de dois monitores simultâneos, sem uso de adaptadores e sem a necessidade de auxílio de uma placa de vídeo offboard;- Possuir, no mínimo, 1 (uma) porta displayport nativa;- Possuir, no mínimo, 1 (uma) porta de vídeo HDMI nativa- Frequência da base gráfica 350 MHz- Frequência dinâmica da placa gráfica 1.10 GHz- Suporte a memória gráfica do sistema compartilhado.					
--	--	--	--	--	--

<p>- Suporte para DirectX 12 ou superior</p> <p>- Suporte para OpenGL 4.4 ou superior</p> <p>REDE:</p> <p>- Controladora de rede Gigabit Ethernet 10/100/1000 mbps com recursos wake on lan (wol);</p> <p>- Possuir, no mínimo, 1 (uma) porta de rede padrão rj-45 integrada;</p> <p>- Possuir, no mínimo, 1 (uma) placa wireless interna com antena, padrão IEEE 802.11AC.</p> <p>ÁUDIO:</p> <p>- Controladora de áudio de alta definição integrada;</p> <p>- Alto-falante integrado ao gabinete;</p> <p>- Deve possuir entrada para microfone e saída para fones de ouvido na parte frontal do gabinete (sendo aceito do tipo combo) e no mínimo saída de áudio na parte traseira do gabinete.</p> <p>PORTAS USB:</p> <p>- Quantidade de portas USB nativas: no mínimo 8, das quais pelo menos 4 (quatro) USB 3.0 ou superior e 1 (uma) tipo C. Não serão aceitos hubs, placas, adaptadores ou placas instaladas em adaptadores PCI para cumprir quantitativo de portas USB exigidos;</p> <p>MONITOR DE VÍDEO:</p> <p>- Tamanho da tela: mínima de 23 polegadas;</p> <p>- Tela 100% plana de LED Backlit LCD, ou IPS;</p> <p>- Resolução mínima suportada: 1920 x 1080 a 60 hz;</p> <p>- Proporção 16:10 ou 16:9;</p> <p>- Brilho mínimo de 250 CD/m2;</p> <p>- Relação de contraste mínima de 1.000:1;</p> <p>- Suporte mínimo a 16 milhões de cores;</p> <p>- Tempo de resposta máximo 8ms;</p> <p>- Distância entre pixels: máximo de 0.2745 (H) mm x 0.2745 (V) mm;</p> <p>- Conectores de entrada: Uma entrada DVI e/ou displayport, compatível com a interface controladora de vídeo dos computadores ofertados – o cabo de interligação deve ser entregue junto com a solução;</p> <p>- Uma entrada HDMI compatível com a interface controladora de vídeo, sem o uso de adaptadores;</p> <p>- No mínimo uma porta USB 3.0 tipo "B" e duas portas USB 3.0 laterais/inferiores/traseiras tipo "A";</p> <p>- Controle digital de brilho, contraste, posicionamento vertical e posicionamento horizontal;</p> <p>- Tela com regulagem de altura (mínimo de 10 cm) e inclinação;</p> <p>- Fonte de alimentação para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 vac (+/-10%), 50-60hz, com ajuste automático;</p> <p>- Para fins de atendimento da garantia do conjunto “computador + monitor”, o monitor deverá ser da mesma marca do computador ou em regime de OEM;</p> <p>- Consumo de energia em modo típico de operação de no máximo 22 watts;</p> <p>- A garantia do monitor deverá cobrir ainda o reparo ou substituição do monitor no caso do aparecimento de deadpixel (apenas 1 (um) pixel claro queimado).</p> <p>SOFTWARES:</p> <p>- Sistema Operacional: O equipamento deverá acompanhar licença do Microsoft Windows 10 Professional x64, no idioma Português do Brasil, com mídia de recuperação ou oferecer a opção de restauração através de partição do dispositivo de armazenamento interno do equipamento ou outra mídia externa.</p> <p>COMPATIBILIDADE:</p> <p>- Todos os dispositivos de hardware, além de seus drivers e demais softwares fornecidos deverão ser compatíveis com os sistemas operacionais Windows 10 professional 64 bits;</p> <p>- O equipamento ofertado deverá constar no Microsoft Windows Catalog. A comprovação da compatibilidade será efetuada pela apresentação do documento Hardware Compatibility Test Report emitido especificamente para o modelo no sistema operacional ofertado, em https://partner.microsoft.com/en-us/dashboard/hardware/search/cpl;</p> <p>- O equipamento deverá possuir certificado de homologação comprovando a compatibilidade do mesmo com, pelo menos, uma distribuição de Linux kernel 2.6.32 ou superior. A comprovação da compatibilidade será efetuada pela apresentação de documento emitido especificamente para o modelo ofertado ou no caso da homologação Linux Ubuntu ou Suse, a comprovação de compatibilidade poderá ser efetuada pela apresentação constante no site HCL Ubuntu, disponível em (https://certification.ubuntu.com) ou Suse, disponível em (https://www.suse.com/yessearch/)</p> <p>DOCUMENTOS E DECLARAÇÕES:</p> <p>- Deverá ser fornecido impresso ou estar disponível no site do fabricante, o manual de serviço/manutenção do equipamento, com orientações técnicas de como remover e recolocar peças externas e internas do modelo do equipamento. Todas as características técnicas solicitadas nesta especificação técnica, além de serem comprovadas por testes, aceitação e certificações, deverão ser comprovadas pelo fornecedor devidamente subsidiadas pelo fabricante, se forem pessoas jurídicas diversas, através de: catálogos técnicos, manuais do produto, bem como constar no site do respectivo produtor/fabricante até a data limite do momento do oferecimento da proposta no certame;</p> <p>- Todas as informações e documentos exigidos na especificação técnica deverão ser apresentados, preferencialmente, em Português do Brasil;</p> <p>- Será aceito como idioma alternativo apenas o inglês;</p> <p>- Compatibilidade com EPEAT na categoria Gold, para o conjunto computador e monitor, comprovada através de atestados ou certidões que comprovem que o equipamento é aderente ao padrão de eficiência energética EPEAT, emitido por instituto credenciado junto ao INMETRO ou equivalente internacional. Será admitida como comprovação também, a indicação que o equipamento consta no site www.epeat.net na categoria Gold ou certificação de sustentabilidade ambiental emitida por órgão credenciado pelo INMETRO;</p> <p>- Comprovação de conformidade com a norma energy star 6.1, ou superior, ou certificação de eficiência energética de órgão credenciado pelo INMETRO para computador e monitor;</p> <p>- O equipamento deverá possuir certificação de conformidade contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos (norma IEC 60950/EN60950), comprovado através de certificado ou relatório de avaliação de conformidade emitido pelo INMETRO, certificado internacional ou instituição acreditada pelo INMETRO para computador e monitor;</p> <p>- Certificado ou comprovante de conformidade com IEC-62311 ou EN-62311, emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO ou certificado internacional, relativo à exposição do público em geral relacionados a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos para o computador;</p>					
--	--	--	--	--	--

- O computador e monitor deverão apresentar compatibilidade eletromagnética e de radiofrequência IEC-61000 comprovado através de certificado ou relatório de avaliação de conformidade emitido por órgão credenciado ou laboratório reconhecido pelo INMETRO ou certificado internacional. O computador, em pleno funcionamento deve estar em conformidade com as normas ISO-9296 ou NBR-10152, quanto aos níveis máximos para emissão de ruídos e conforto acústico em ambientes, comprovado através de certificado ou laudo emitido por órgão reconhecido pelo INMETRO ou certificado internacional. Certificado ou comprovante de conformidade de não emprego de substâncias perigosas como mercúrio (hg), chumbo (pb), cromo hexavalente (cr(vi)), cádmio (CD), bifenil polibromados (pbbs), éteres difenil- polibromados (pbdes) em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (restriction of certain hazardous substances) na construção do computador e do monitor.

GARANTIA:

- Os equipamentos devem possuir garantia por um período mínimo de 60 (sessenta) meses;
 - A contratada deve possuir canal próprio para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema, com atendimento disponível de segunda a sexta, das 08h às 18h. O equipamento ofertado deverá possuir código de identificação único para a abertura dos chamados;
 - Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para a contratante, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;
 - A garantia deverá contemplar defeitos de hardware e de todos os softwares vendidos junto com a solução;
 - A garantia deverá ser prestada pelo fabricante do equipamento ou empresa prestadora de serviços de assistência técnica devidamente credenciada pelo mesmo através de carta, que deverá ser fornecida no ato da apresentação da proposta;
 - Os serviços de reparo dos equipamentos especificados serão iniciados onde se encontram (on-site), em até 2 dias úteis ao de abertura do chamado junto a contratada;
 - A garantia deverá ser do tipo: Diagnóstico e resolução de problemas on-site por um técnico especializado de serviço no local especificado pelo órgão;
 - Assistência no local com substituição de peças (se necessário) de acordo com a garantia contratada do equipamento (após a conclusão da resolução de problemas no local);
 - O atendimento será das 08h às 18h, de segunda a sexta-feira;
 - Esta modalidade de cobertura de garantia deverá, obrigatoriamente, entrar em vigor a partir da data de atesto da respectiva nota fiscal dos equipamentos fornecidos;
 - No caso do licitante não ser o próprio fabricante do equipamento, ele deverá apresentar declaração/certificado do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada.

CONDIÇÕES DE ENTREGA:

- Todos os cabos e acessórios do equipamento deverão vir necessariamente dentro de sua respectiva caixa ou afixados (à sua caixa), através de envelope plástico de segurança, não sendo aceitas entregas fracionadas dos acessórios que compõem o equipamento.

REQUISITOS COMPLEMENTARES:

- Os microcomputadores, objeto da presente aquisição, deverão ser de modelo corporativo, aqui definidos como aqueles pertencentes à atual linha de produção dos fabricantes e destinados ao mercado de grandes corporações, privilegiando, essencialmente, a facilidade de manutenção, o uso em rede, o gerenciamento remoto e a economia de energia elétrica;
 - Os equipamentos fornecidos deverão ser novos, para primeiro uso e estar em linha de produção e fabricação, com a embalagem original de fábrica lacrada, sendo que, em hipótese alguma, será aceito equipamentos recondicionados ou já utilizados anteriormente;
 - Os equipamentos serão fornecidos com todos os itens e acessórios necessários à sua perfeita ativação e funcionamento;
 - Todos os cabos e acessórios do equipamento deverão vir necessariamente dentro de sua respectiva caixa ou afixados (à sua caixa), através de envelope plástico de segurança, não sendo aceitas entregas fracionadas dos acessórios que compõem o equipamento;
 - Todos os componentes do equipamento são compatíveis entre si, com o conjunto do equipamento e com suas funcionalidades, sem a utilização de adaptadores, fresagens, desbastamentos, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos ou emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o equipamento ou suas partes que sejam física ou logicamente incompatíveis;
 - Os componentes dos equipamentos e seus acessórios (gabinete, mouse, teclado) deverão ser da mesma cor/tonalidade ou a combinação de cores sendo aceitas as cores preto ou prata e manter o mesmo padrão de cor predominante do gabinete;
 - Não serão aceitas configurações e ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora das especificações técnicas recomendadas pelo fabricante do equipamento ou dos componentes, tais como, alterações de clock, características de disco ou memória;
 - A tecnologia de qualquer fabricante que esteja sendo empregada, como por exemplo, o processador, deve ser atual, tendo previsão de utilização de pelo menos 2 anos a partir da data de assinatura do contrato pelas partes, ou seja, não deve estar sujeito a obsolescência nem pela tecnologia empregada nem pelo tempo da versão lançada. Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados, inclusive atualizações de firmware, devem estar disponíveis para download na web site do fabricante do equipamento sem necessidade de qualquer identificação do usuário, e devem ser facilmente localizados e identificados pelo modelo do equipamento ou código do produto conforme etiqueta permanente afixada no gabinete.
 Modelo de referência:
 Dell OptiPlex 3080 Small Desktop com Intel® Core™ i3-10100 da 10ª geração (4 núcleos, cache de 6 MB, 3,6 GHz a 4,3 GHz, 65 W) + Monitor 23" Dell P2319H.

1.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.5. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de doze meses contados do(a) emissão da nota de empenho prorrogável na forma da Lei nº 14.133 de 2021.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**2.1. Contextualização e Justificativa da Contratação**

2.1.1. A aquisição equipamentos de TIC é necessária para a consecução das atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão bem como a renovação parcial do parque de equipamentos existentes nas unidades participantes, do IFRO, haja vista que alguns equipamentos estão próximos a 10 (dez) anos de uso, já tendo ultrapassado a vida útil segundo os padrões de mercado.

2.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

2.2.1. A aquisição pretendida está alinhada com o PDI 2018/2022, nos desafios estratégicos de *Ampliar e consolidar a infraestrutura acadêmica, administrativa e tecnológica* e *Otimizar a aplicação e fomentar a captação de recursos orçamentários e extra-orçamentários*. Alinha-se ainda, ao PDTIC 2019-2022: *"Manter infraestrutura dos serviços de TIC atualizadas; Ampliar capacidade de infraestrutura de rede cabeada e wireless; Implantar solução de telefonia IP; Adquirir/atualizar equipamentos de TIC para adequar ambientes; Adquirir/atualizar equipamentos de TIC; Adquirir licenças de suite de escritório; Adquirir licenças de softwares específicos às demandas das áreas meio e finalísticas*.

2.3. Estimativa da demanda e especificações técnicas

2.3.1. As demandas foram apresentadas pela Coordenação de Gestão Tecnologia da Informação do IFRO/Campus de Vilhena.

2.4. Parcelamento da Solução de TIC

2.4.1. A aquisição dos bens de consumo e equipamentos TIC, será realizada por itens, de modo a melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

2.4.2. A adjudicação será por item de modo a propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens.

2.5. Da sustentabilidade

2.5.1. Deverão ser observados, na aquisição, os Critérios de Sustentabilidade Ambiental, que trata a Instrução Normativa SLTI/MPOG 01/2010, no que couber:

2.5.1.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;

2.5.1.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

2.5.1.3. que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

2.5.1.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

2.5.2. Deverá ainda ser firmada Declaração de Responsabilidade Ambiental (MODELO DISPONIBILIZADO), nos moldes do Edital. A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar comprovação da observação dos critérios de sustentabilidade ambiental.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Em conformidade com o disposto no art. 1.º parágrafo único da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, os material que compõe o objeto do presente processo licitatório, estão classificados como de natureza comum, assim classificados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado".

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo máximo de entrega é de até **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da Nota de Empenho.

4.1.1. A entrega será em remessa única, aos cuidados das Coordenações de Patrimônio e Almoxarifado das unidades participantes, endereços abaixo:

a) IFRO/Campus Vilhena: Rod. 174, km 03 nº 4334 - Vilhena/Rondônia - CEP: 76.982-270/ Telefone para contato: (69) 2101-0705 (Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado); e-mail cpalm.vilhena@ifro.edu.br; Horário de entrega: de segunda-feira a sexta-feira em dias úteis das 07h às 12 e das 13h às 16h;

b) IFRO/Campus Ariquemes: Rod. RO 257 KM 13, Zona Rural - Sentido município de Machadinho do Oeste - Ariquemes/Rondônia/CEP: 76.878.899/Telefone para contato: (069) 2103 0134 (Coordenação de Compras e Licitação); (69) 2103 0112 (Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado) (69) 2103 0135 (Coordenação de Serviços Gerais); e-mail: ccl.arquemes@ifro.edu.br/cpalm.arquemes@ifro.edu.br/csg.arquemes@ifro.edu.br; Horário de entrega: de segunda-feira a sexta-feira em dias úteis das 07h30min às 17h;

c) FRO/Campus Cacoal: BR 364 km 228 Zona Rural - Lote 2 A Caixa Postal 146 Cacoal/ Rondônia - CEP: 76.960-970/Telefone para contato: (69) 34419577 (Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado e a Diretoria de Planejamento e Administração); e-mail: cpalm.cacoal@ifro.edu.br/dplad.cacoal@ifro.edu.br/campuscacoal@ifro.edu.br; Horário de entrega: de segunda-feira a sexta-feira em dias úteis das 07h30min às 11h30min

d) IFRO-Campus Colorado do Oeste: BR 435, km 63, Zona Rural - Colorado do Oeste/RO, CEP 76993-000. Caixa Postal 51. Telefone: Diretoria de Planejamento (69) 3341 7605 e (69) 99981 9127 (Tel. Móvel) e Gabinete Direção Geral (69) 3341 7601, email: dplad.colorado@ifro.edu.br;

e) IFRO/Campus Guajará-Mirim: Av. XV de novembro, 4849, Planalto, Guajará-Mirim/Rondônia CEP: 76.850-000 Telefone para contato: (69) 3516-4705 (Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado); e-mail cpalm.guajara@ifro.edu.br; Horário de entrega: de segunda-feira a sexta-feira em dias úteis das 08h às 12h e das 14h às 18h;

f) IFRO /Campus Jaru: Avenida Vereador Otaviano Pereira Neto n.º 874 / Setor 2/ Jaru / Rondônia/ CEP: 76.890-000/ Telefone para contato: (69) 99918-2512 (Diretoria de Planejamento e Administração); e mail dplad.jaru@ifro.edu.br; Horário de entrega: de segunda-feira a sexta-feira em dias úteis das 08h às 12h e das 14h às 17h;

g) REITORIA: Avenida Tiradentes, nº 3009 - setor Industrial - Porto Velho/RO, CEP 76.804-124, Telefone para contato: (69) 2182 9672 (Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado); (069) 2182 9600 (Diretoria de Administração); e-mail: cpalm.reitoria@ifro.edu.br; dadm@ifro.edu.br; Horário de entrega: Horário de entrega: de segunda-feira a sexta-feira em dias úteis das 08h às 11h e das 14h às 17h;

h) IFRO/Campus Avançado São Miguel do Guaporé: Unidade em fase de implantação, razão pela qual seus produtos deverão ser entregues no endereço da Reitoria (Av. Tiradentes, 3009 - Setor Industrial, Porto Velho – RO, CEP: 76821-001).

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **20 (vinte) dias (independente se consumo ou equipamento)**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **20 (vinte) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. São obrigações da Contratante:
- 5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
- 6.1.1.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada*;
- 6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 9.1. Nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133 de 2021.
- 9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

- 10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata a Lei nº 14.133 de 2021, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021.
- 10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada na Lei nº 14.133 de 2021.
- 10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:
 EM = Encargos moratórios;
 N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
 VP = Valor da parcela a ser paga.

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = (6/100)/365$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%
------------	-------------------	--

11. DO REAJUSTE

- 11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 12.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pois são itens de pronta-entrega.*

13. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS PERMANENTE

- 13.1. O prazo de garantia contratual dos bens permanente, é aquela informada na descrição do item, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 13.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 13.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 13.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 13.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 13.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 13.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 13.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 13.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 13.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 13.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.5. cometer fraude fiscal;
- 14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 14.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 14.2.2. multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- 14.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, no caso de inexecução total do objeto;

- 14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 14.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.
- 14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 14.4. Também ficam sujeitas às penalidades da Lei nº 14.133 de 2021, as empresas ou profissionais que:
- 14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**
- 15.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

O presente documento segue assinado pelos Integrantes Técnico, Requisitante e Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação (instituída pela Portaria 71 (SEI nº 1218369), de 12 de novembro de 2020, pela autoridade máxima da área de TIC e pela autoridade máxima da unidade, responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 14º, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019, e art. 12, § 6º da IN nº 01/2019-SDG/ME, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Lucas dos Santos, Assistente em Administração**, em 02/08/2021, às 12:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Carlos de Jesus, Integrante Requisitante**, em 02/08/2021, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Adriel Sampaio Rost, Integrante Técnico**, em 02/08/2021, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1319587** e o código CRC **F20F0CAD**.